



**ATA DA NONA REUNIÃO DA
CÂMARA COMUNITÁRIA DE PROMOÇÃO SOCIAL
DO CONSELHO DA CIDADE
10 de junho de 2010**

1 No décimo dia do mês de junho de dois mil e dez reuniu-se a Câmara Comunitária de
2 Promoção Social do Conselho da Cidade, para sua nona reunião, em caráter ordinário, na
3 Sala de Reuniões da Fundação IPPUJ, Avenida Hermann August Lepper, nº 10, no bairro
4 Saguazu em Joinville, Santa Catarina, às oito horas, conforme convocação do coordenador
5 Rogélio Paulino Luetke e do Presidente do Conselho da Cidade, Luiz Alberto de Souza, para
6 tratar da seguinte ordem do dia: a) Leitura do Edital de Convocação; b) Leitura e aprovação
7 da ata da reunião anterior; c) Plano Local de Habitação de Interesse Social, apresentado por
8 Fátima Mirany de Mira da Secretaria de Habitação; d) Regularização Fundiária, apresentado
9 por Lourdes Thomé, também da Secretaria de Habitação; e) Assuntos Gerais. No início da
10 reunião o coordenador Rogélio leu o edital de convocação e a ata da reunião anterior, que
11 foi aprovada e assinada pelos conselheiros presentes. O conselheiro Silvestre fez alguns
12 informes sobre as ações culturais que estão acontecendo na cidade, enfatizando o II Fórum
13 Estadual de Museus em Joinville, de quatorze a dezesseis de junho de dois mil e dez. Em
14 seguida o coordenador apresentou a convidada da Secretaria de Habitação, Lourdes
15 Thomé, e passou-lhe a palavra para o início da exposição. Lourdes explicou que
16 apresentaria os dois temas, pois a senhora Fátima foi convocada para expor o PHLIS na
17 reunião do Conselho Municipal de Terras de Habitação Popular e Saneamento, que estava
18 acontecendo no mesmo horário. Durante a apresentação, cujos *slides* constam como anexo
19 a esta ata, os conselheiros foram tirando suas dúvidas e tecendo comentários. Lourdes
20 Thomé explicou que o Programa Local de Habitação de Interesse Social tem o objetivo de
21 proporcionar “moradia digna” para os cidadãos, com foco em habitações bem feitas e
22 bonitas, com capricho. Lourdes ressaltou que a Secretaria de Habitação enviou para todas
23 as Câmaras do Conselho da Cidade a minuta deste projeto, para considerações, e
24 comentou sobre a questão social da propriedade, e que hoje há, sem uso, cerca de onze mil
25 imóveis fechados na cidade de Joinville, pertencentes à classe média alta. Há cerca de
26 quarenta e cinco mil pessoas sem moradia própria (vivem de aluguel ou de favor) na cidade,
27 ou seja, quase dez por cento da população não tem casa ou vivem em condições de “sub-
28 habitação”. Após um breve debate, os conselheiros comentaram que moradia digna é a que
29 supre as necessidades das mínimas exigências para viver. O conselheiro Lenin Peña disse
30 que mandaria para os conselheiros um documento mais completo sobre esse conceito. Os
31 conselheiros conversaram também sobre a precariedade das condições de vida de muitas
32 pessoas na cidade, que estão em situação de pobreza extrema, como o caso de famílias
33 que dormem juntas em um só cômodo e que vivem em casas de chão batido, considerando
34 que isso propicia a violência em suas diversas formas. Lourdes comentou que os cidadãos
35 precisam de moradia, não necessariamente do direito de propriedade. O conselheiro Carlos
36 Alberto Lessa disse que é necessário se ter moradia digna, mas deve necessariamente estar
37 aliada à educação, para preservar o ambiente, não destruí-lo e mantê-lo em condições
38 habitáveis. Disse que deve ser feito um investimento maciço na educação dessas pessoas.
39 O conselheiro Lenin Peña manifestou que a moradia digna deve estar assentada num meio
40 ambiente ecologicamente equilibrado. Lourdes Thomé comentou que se está trabalhando
41 muito isso, que o Ministério das Cidades está realizando um excelente trabalho nesse
42 sentido. Disse que no Brasil cerca de trinta por cento dos imóveis não são escriturados.
43 Após comentários sobre os altos custos para regularizar um imóvel, Lourdes comentou que
44 no caso das ZEIS, Zonas Especiais de Interesse Social, a regularização no cartório é
45 gratuita. Disse ainda que o maior problema é a falta de terra o Plano de Habitação. Lenin
46 Peña comentou que seria uma ideia interessante que cada loteamento reservasse uma área
47 para a habitação de interesse social, e a isso seguiu-se um debate sobre o assunto. A
48 conselheira Viviani Bittencourt Marques comentou sobre a segregação entre ricos e pobres,
49 e a importância de um debate sobre formas de se evitar isso. Lenin falou que devemos
50 destruir barreiras preconceituosas e discriminatórias. A conselheira Irma Kniess frisou que o



importante é que agora essas coisas estão sendo vistas, está se fazendo algo a respeito. Sobre o assunto regularização fundiária, Lourdes Thomé comentou que hoje nada mais é feito sem que se tenha um documento do terreno no cartório. Falou sobre a questão dos terrenos de Marinha, citando o Bairro Boa Vista como exemplo, e disse que é de competência da Fundema, Fundação Municipal do Meio Ambiente, fazer a análise ambiental. A conselheira Giane Bracelo Luetke perguntou quais as áreas destinadas para o PHLIS, e Lourdes citou vários bairros, destacando o Paranaguamirim. O conselheiro Carlos Alberto Lessa chamou atenção para a questão de instalar essas moradias populares nos lugares com problema de alagamento, preocupado com as enchentes, e a conselheira Viviani comentou que seria uma falta de consideração construir essas moradias em locais sujeitos a alagamento. Disse que os novos loteamentos deveriam contemplar a inserção de pessoas e casas de diversas classes sociais, ao invés de isolar as pessoas menos favorecidas economicamente, e que isso deveria ser feito de forma a não constranger as pessoas. Disse ainda que há estudantes pensando em projetos habitacionais em áreas de fundo de vale, o que é um erro, pois essas são áreas que apresentam problemas. Os conselheiros conversaram também sobre a questão dos terrenos nos quais se poderia instalar o PLHIS ou outros programas para benefício da população, e o conselheiro Silvestre comentou sobre a dificuldade de se conseguir um terreno para a construção do Teatro Municipal, por exemplo. Falou sobre a exorbitância dos preços dos imóveis na cidade, que dificultam a compra ou a desapropriação dos mesmos. Os conselheiros comentaram sobre a possível instalação de um imposto territorial progressivo, e a conselheira Viviani falou que se está pensando inclusive em uma outra forma de incentivar a eliminação dos vazios urbanos, ou seja, quanto mais o proprietário deixar o terreno vazio, mais caro seria construir depois. Lourdes comentou que hoje um terreno no Jardim Paraíso custa em torno de cinquenta mil reais, que a terra em Joinville é muito cara. Lourdes falou sobre o programa Minha Casa, Minha Vida, do Governo Federal, e explicou que foi criado para atender ao *deficit* habitacional no país. Disse que na Secretaria de Habitação há aproximadamente quatorze mil inscritos para moradia, nas faixas de zero a três e de três a seis salários mínimos, e que até dois mil e onze se pretende atender a pelo menos quatro mil famílias. Lourdes comentou a grande procura por moradias por famílias que recebem entre cinco a dez salários mínimos, e o conselheiro Silvestre chamou atenção para esse dado, que reflete uma ascensão social, e o conselheiro Carlos Alberto comentou que o Brasil é um dos países que tem a maior mobilidade social do mundo, e isso é muito positivo. Comentou que isso demonstra que há uma migração maior, e isso está desafogando as classes sociais mais empobrecidas e melhorando o padrão de vida, pois exige do Poder Público e da sociedade melhor infraestrutura. Silvestre disse ser importante investir na educação das pessoas para que possam sair da inércia, e elas farão isso por si mesmas. Lourdes Thomé comentou que um dos objetivos do Programa é mudar a visão das construtoras, e disse que as empresas locais não se interessaram em construir essas moradias de interesse social, e por isso vieram empresas de fora para fazer. Agora as construtoras locais começaram a buscar a Secretaria de Habitação, pois perceberam que a quantidade também pode ser financeiramente interessante, e quatro mil moradias estão em construção hoje. O conselheiro Lenin Peña comentou que a pedido das Nações Unidas fez estudos de empreendimentos habitacionais em Montevidéu, Uruguai, e constatou que nas construções de programas populares havia mão de obra dos próprios beneficiários, e isso resultou em: diminuição de custos, qualidade excepcional das construções, e houve um ganho de consciência cidadã. Lourdes Thomé comentou que todos nós mudaremos com esse plano, a sociedade mudará. Disse que a Lei do Programa Minha Casa, Minha Vida, traz em seu capítulo terceiro a Regularização Fundiária, e é considerada a primeira lei de regularização fundiária (Lei Federal 11.977/2009). Disse que quando a Secretaria de Habitação faz qualquer intervenção para regularização fundiária, são sempre observadas questões de infraestrutura, como existência de escolas, acessibilidade, mobilidade, calçamento e saneamento, e que nada mais é feito sem isso. Disse que há uma parceria muito boa com a Companhia Águas de Joinville, e todas as intervenções são feitas com o projeto de saneamento básico. Lourdes disse que é importante que sejam feitas leis para que as exceções sejam regularizadas. O conselheiro Silvestre comentou que os loteamentos precisam ter a visão da necessidade de escola, recreação, espaço para cultura e convivência. Disse que alguns bairros em Joinville são verdadeiras cidades, e o cidadão



pode passar um ano sem vir ao centro, como no caso do Comasa. Os conselheiros comentaram sobre o caso de cidadãos que não conhecem o centro da cidade. Lenin Peña ressaltou que os programas e projetos de moradia social devem ter como prática de gestão a intra e intersetorialidade, a partir do engajamento dos diversos atores da administração (educação, habitação, saúde, ambiental, trabalho, cultura, lazer, transporte, recreação, etc). Encerrando sua apresentação, Lourdes Thomé disse que as Câmaras do Conselho da Cidade poderiam ajudar, enviando idéias e sugestões para construir um novo cenário da habitação em Joinville. Comentou que nossa cidade preserva noventa por cento da área de mangue, num dos mais altos índices do país; não se pode permitir mais invasões, mas desde que comprovada a melhoria ambiental, os locais já invadidos, à exceção das nascentes, deveriam ser mantidos, pois tirar todas as pessoas que moram nos bolsões urbanos geraria um problema maior do que mantê-los lá, e inclusive não há recursos para isso. O coordenador Rogélio agradeceu a participação da senhora Lourdes Thomé, e os conselheiros passaram para os assuntos gerais. O conselheiro Eduardo Miers apresentou a carta que foi elaborada para enviar ao Conselho Consultivo e Deliberativo do Conselho da Cidade, contendo considerações desta Câmara quanto à questão do ensino profissionalizante em Joinville. Os conselheiros acharam por bem complementarem a carta, e ficou deliberado que a mesma seria encaminhada por e-mail a todos os membros desta câmara para que sejam enviadas sugestões de complementação. Outra questão de encaminhamento, os conselheiros solicitaram que a conselheira Rosinete Fátima Ferreira Neto apresente o documento que deverá ser encaminhado ao Conselho Consultivo e Deliberativo referente à Saúde Ambiental, e solicitaram que a Secretaria Executiva entre em contato com a conselheira para reforçar essa solicitação. Sem mais a tratar, às dez horas o coordenador Rogélio deu por encerrada a reunião. Eu, Patrícia Rathunde Santos, Secretária Executiva do Conselho da Cidade, secretariei a reunião e lavrei a presente ata, que vai assinada pelo coordenador, por mim e pelos conselheiros presentes. Joinville, dez de junho de dois mil e dez.

Rogélio Paulino Luetke
Coordenador da Câmara Comunitária
de Promoção Social do Conselho da Cidade

Patrícia Rathunde Santos
Secretária Executiva do Conselho da Cidade



Joinville, 10 de junho de 2010

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.